

Redes sociais e integração transnacional: problemas conceituais e um estudo de caso¹

Sérgio Costa (*Universidade Livre de Berlim*)

Artigo

Referências a uma sociedade civil mundial, a um espaço público global e a uma cidadania cosmopolita tornaram-se recorrentes num cenário em que atores não-estatais provindos de regiões diversas do mundo encontram-se em Porto Alegre, Gênova ou Seattle para defender bandeiras que não podem ser associadas a nenhum contexto nacional particular, como é o caso da justiça social global, de um catálogo universal de direitos humanos ou da proteção ambiental (Vieira 2001). Tais referências indicam a possibilidade e o desejo políticos de estender para as demais regiões do mundo um conjunto de conquistas e instituições que se tornaram, em que pese diferenças internas substantivas, referências da emancipação social nas sociedades pioneiras no processo de industrialização.

Analítica e historicamente, contudo, sociedade civil, espaço público e cidadania são conceitos que remetem a estados-nação particulares e não encerram sentido teórico possível quando elevados abstratamente ao plano global. Ao mesmo tempo, contudo, o adensamento das redes de atores sociais que se desprenderam das fronteiras nacionais é um fato iniludível que requer tradução analítica. Por isso, desenham-se abaixo duas concepções que descrevem as relações sociais transnacionais. A referência empírica de ambos os modelos é o processo de integração europeu, uma vez que, ao que consta, estudos com o mesmo nível de precisão conceitual não foram desenvolvidos em outros contextos.

1 Uma versão anterior desse artigo foi apresentada na II Conferência Internacional Cebrap/Ilas. S. Paulo, fevereiro de 2002.

A primeira concepção, chamada aqui de convergente, encontra adeptos, no plano político, em diferentes países europeus. Teoricamente, tal visão se apóia no entendimento de que a integração social no âmbito da União Européia representa um processo de extensão do processo de formação dos estados-nação e das esferas públicas nacionais na região. Trata-se, portanto, da constituição de uma esfera pública e de uma agenda política européias.

A segunda concepção, aqui denominada descentrada, descreve a integração como um adensamento dos intercâmbios comunicacionais e simbólicos entre os diferentes agentes sociais, para além das respectivas fronteiras nacionais. Ainda que se verifique a consolidação de redes transnacionais de atores sociais, tal processo não conduz, segundo o modelo da integração descentrada, à formação de uma esfera pública continental.

Depois de discutidos os modelos, estuda-se brevemente a aliança anti-racista entre organizações, instituições e movimentos sociais brasileiros e norte-americanos orientados para a pesquisa e o combate ao racismo no Brasil. O interesse no exame do caso está voltado para a avaliação do impacto transformador das alianças transnacionais de movimentos sociais.

Integração transnacional: dois modelos analíticos

Integração social e esfera pública: o modelo da integração convergente

O papel e a função da esfera pública nas democracias contemporâneas já foram adequadamente investigados e são hoje bem conhecidos. Os estudiosos do tema, em que pese a multiplicidade de matrizes teóricas que orientam suas pesquisas, põem-se de acordo ao afirmar que, diferentemente das formas despóticas de governo, sustentadas no uso da força bruta, a democracia representa uma dominação consentida, na qual as decisões necessitam ser permanentemente fundamentadas e justificadas, dependendo sempre da anuência da comunidade política para que possam ser implementadas. Nesse processo, cabe à esfera pública um lugar central: ela se torna a arena onde se dá tanto o

amálgama da vontade coletiva quanto a justificação das decisões políticas previamente acertadas. Assim, a esfera pública se torna a caixa de ressonância das demandas sociais e a órbita intermediária que conecta os centros de tomada de decisão política e o conjunto da sociedade. Ao lado de eleições livres e do arcabouço institucional do Estado democrático, a existência de uma esfera pública influente e porosa torna-se, dessa forma, condição necessária para conferir transparência aos processos decisórios e dinamismo à vida cívica (Costa 1999).

Também fartamente documentadas na literatura são as transformações da esfera pública ao longo da história. O surgimento da esfera pública, em seu sentido moderno, é inseparável do processo de constituição dos estados-nação e da formação das comunidades nacionais como um público integrado que, em geral, fala o mesmo idioma – há obviamente a exceção das nações multilíngües – e compartilha, em alguma medida, um cotidiano ou mundo da vida comum e uma cultura política construída coletivamente (Habermas 1990, orig. 1961). O processo de construção institucional do estado-nação tem correspondência, portanto, no plano cultural, à formação das esferas públicas nacionais, no interior das quais são produzidos e reproduzidos os signos identitários que definem a nação. Tal processo de construção simbólica da nação se dá, conforme Bhabha (1990:287), com base na tensão entre uma ação pedagógica e outra performativa. A ação pedagógica toma a comunidade nacional como objeto dos discursos que enfatizam a origem comum e os laços supostamente primordiais que unem os diferentes membros da nação. Através da ação performativa, os símbolos nacionais são atualizados e reinterpretados, fazendo com que os membros da nação se tornem assim sujeitos da reposição viva e permanente do que se acredita ser o destino comum da comunidade nacional. Essa dupla operação discursiva confere realidade à comunidade nacional imaginada, estabelecendo, ao mesmo tempo, seu ser e seu provir, a essência que a ela vincula um povo, uma cultura e um território e o movimento, a transformação. Nesse contexto, a esfera pública constitui a arena viva e dinâmica na qual o permanente processo de construção, desconstrução e reconstrução discursivas da nação tem lugar.

A formação das esferas públicas modernas se dá historicamente, portanto, de forma concomitante com a constituição dos Estados Nacionais e a definição da nação como uma comunidade política autônoma que define soberanamente seus destinos. É também no âmbito nacional que radicam as bases da cidadania moderna, concebida como o conjunto de direitos e deveres cabíveis àqueles que fazem parte da nação.

Nas últimas décadas, a vasta pluralização cultural no interior das democracias contemporâneas e o surgimento de uma enorme variedade de novos atores sociais (ONGs, movimentos ambientalistas, movimentos feministas, etc.) têm feito alguns autores questionarem o elo congênito entre as nações e a esfera pública. Assim Fraser (1993), por exemplo, coloca em dúvida a hipótese de existência de uma única esfera pública no interior da nação. Para a autora, a multiplicidade de problemas, temas e contextos em que se verificam as “formas críticas” de comunicação forçaria o reconhecimento da existência de vários públicos e “counter publics”. A imagem da existência de vários públicos ou várias esferas públicas permitiria, segundo Fraser, uma compreensão mais adequada da oposição entre o espaço público dominante, controlado pela “ideologia masculinista” e os contextos socialmente difusos e segmentados de produção de uma contracultura de resistência.

Ainda que o processo de surgimento de uma multiplicidade de espaços comunicativos no interior das democracias contemporâneas seja evidente, a idéia de que não há, no interior da nação, uma convergência dos diferentes “publics” e “counter publics” para uma arena comum, a esfera pública nacional, conforme defende Fraser, parece equivocada. Nas democracias maduras, a esfera pública se apresenta como um fórum comunicativo aberto e dinâmico, no qual novas questões são permanentemente introduzidas na ordem do dia. Não há uma distinção apriorística das fronteiras do público e do privado que defina de saída os temas passíveis de tratamento político. A esfera pública apresenta-se assim como órbita porosa e ubíqua que perpassa todos os níveis da sociedade e incorpora o conjunto dos discursos, visões de mundo e interpretações que adquirem visibilidade

e expressão pública. É na esfera pública que os diferentes grupos constitutivos de sociedades heterogêneas partilham argumentos, formulam consensos e constroem problemas e soluções comuns. A esfera pública conforma, portanto, o contexto público comunicativo, no qual os membros de uma comunidade política nacional plural constituem as condições de possibilidade da convivência e da tolerância mútua, bem como negociam os acordos em torno das regras que devem reger a vida comum (ver Habermas 1996, princ. 156 ss). Em qualquer caso, há que se observar que, no interior das fronteiras do estado-nação, os diferentes fluxos comunicativos, sejam eles legitimadores do *status quo*, sejam eles impulsos voltados para a transformação da ordem vigente, convergem para a esfera pública nacional, disseminando-se a partir dela para o conjunto da sociedade. Não existe, portanto, no interior das democracias nacionais contemporâneas, uma multiplicidade de esferas públicas, como afirma Fraser. O que existe é uma variedade de fóruns e arenas comunicativas que, na medida em que reivindicam algum sentido político², convergem para a esfera pública compartilhada e acessível ao conjunto dos cidadãos.

O papel democrático e democratizante assumido pela esfera pública no âmbito das fronteiras nacionais na política contemporânea tem levado alguns autores a postular que só mesmo a constituição de uma esfera pública mundial poderia construir as bases de uma governabilidade democrática no mundo globalizado (Vieira 2001). No âmbito dos processos de formação dos blocos regionais, seja na Europa, seja nas Américas, a possibilidade de constituição de uma esfera pública transnacional como resposta democrática à integração econômica tem também ocupado lugar importante nas discussões.

2 Sentido político refere-se aqui a práticas, discursos e reivindicações que apresentam conseqüências para o conjunto da comunidade política nacional, exigindo portanto o posicionamento de atores sociais para além das fronteiras de um determinado *counter public*. Assim, na medida em que, por exemplo, a luta contra a violência doméstica conduz à reivindicação de um conjunto de políticas públicas e mudanças legais, esta extrapola as fronteiras dos círculos comunicativos restritos que trouxeram o problema originalmente à tona, integrando-se à esfera pública nacional.

Para o caso europeu, Jürgen Habermas chegou a formular os termos em que poderia se dar a constituição de uma esfera pública européia, delineando um projeto de integração social de vasto alcance.

Conforme Habermas (1998), o principal desafio político colocado pela globalização diz respeito às dificuldades de realização daquilo que ele define como soberania popular, qual seja, a possibilidade de que uma comunidade política possa decidir autonomamente as regras que devem regular sua vida comum. Mais que desiderato normativo, a concretização da soberania popular é apresentada pelo autor como experiência histórica, realizada no âmbito do estado-nação europeu no pós-guerra. Nesse contexto, a constituição de um estado democrático de direito e a delimitação clara, sob o rótulo da nação, do sujeito político soberano, teriam favorecido o surgimento de comunidades sociais solidárias e democráticas.

O processo de globalização, contudo, conforme Habermas, obliterou as bases de sustentação do Estado democrático europeu. De um lado, intensificam-se os processos sociais transnacionais (a globalização da economia, o surgimento de riscos ambientais globais, etc.) que fazem com que os governos nacionais não possam mais garantir, sozinhos, a implementação das metas estabelecidas pelas comunidades políticas nacionais. Por outro lado, a aceleração dos movimentos migratórios e a construção de novas diferenças culturais como resposta à pressão homogeneizadora de uma cultura material mundial teriam ampliado enormemente o leque das formas de vida existentes, fazendo desaparecer os traços culturais comuns aos membros da nação, base da solidariedade cívica. Nesse sentido, seriam necessárias novas formas de integração social que, acompanhando o processo de intensificação da integração econômica observado no bojo da globalização, restabeleçam os laços de solidariedade e a coesão social preexistentes. Se, historicamente, se observa que “a cada novo impulso modernizante abrem-se os mundos da vida compartilhados intersubjetivamente, para [depois] se reorganizarem e novamente se fecharem” (Habermas 1998:126), faz-se necessário encontrar novas formas de acomodação social com-

patíveis com a vertiginosa ampliação de horizontes pessoais e sociais proporcionada pela globalização. Da mesma maneira que a identidade nacional se superpôs, ao longo da história, às lealdades religiosas ou locais, fornecendo uma plataforma para a integração social condizente com o contexto moderno, pós-tradicional e secularizado, seriam necessárias hoje novas possibilidades de reconstituição dos laços de integração e solidariedade social que, extrapolando as fronteiras nacionais, correspondam à dinâmica econômica transnacional existente.

A expectativa de Habermas, portanto, é que a experiência de formação nacional se estenda para os limites da Europa e que venha a se constituir algo como uma esfera pública continental alicerçada sobre os laços de pertença de todos os cidadãos a uma identidade coletiva européia. Uma tal esfera pública seria alimentada tanto pela habilitação dos cidadãos para o multilingüismo, quanto pela ação de organizações não-governamentais, movimentos sociais, devendo o conjunto de esforços empreendidos ser orientado por um projeto político comum que articule organicamente os impulsos para a integração social originados nas diversas regiões da Europa.

Integração social e redes sociais: o modelo descentrado

Mesmo no âmbito europeu, a proposta de constituição de uma esfera pública continental tem enfrentado críticas severas. Muitos autores têm mostrado que não há plausibilidade empírica na proposta: não há indícios palpáveis de que uma esfera pública européia encontre-se em formação. Argumenta-se, ainda, que a diversidade das origens dos habitantes da Europa contemporânea impede o recurso à história comum como fonte de constituição de uma identidade cultural efetivamente abrangente e mesmo que se chegasse a constituir algo como uma identidade comum, esta implicaria o permanente estabelecimento das fronteiras simbólicas de uma pertença européia e os processos de exclusão daí decorrentes (para uma síntese das críticas ver Costa 2001).

O que os autores adeptos do modelo descentrado de integração social têm mostrado é que a integração social na Europa, no lugar de conduzir à formação de uma esfera pública continental, vem se dando sobre a base de uma multiplicidade de fóruns e instâncias formais e informais de caráter transnacional. As pesquisas do sociólogo alemão Klaus Eder (2000) são particularmente esclarecedoras a esse respeito. Conforme o autor, verifica-se, nos últimos anos, no espaço geográfico europeu, a consolidação de diversos espaços comunicativos para além das fronteiras nacionais, os quais não se encontram apoiados em mundos da vida compartilhados nem tampouco na pertença abstrata a um povo europeu. Segundo ele, ainda que a classe trabalhadora e os produtores rurais permaneçam um fenômeno nacional, as classes médias européias vêm se transnacionalizando: já existe, segundo o autor, uma cultura transnacional de empresários, de turistas ou de jovens que se comunicam através da música ou do aprendizado de idiomas na Internet. Também o cotidiano dos turistas e da comunidade científica mostra o surgimento de espaços de sociabilidade e de comunicação pós-nacionais.

Segundo Eder, a visão da comunidade comunicativa como a de um povo que fala o mesmo idioma representa apenas um caso particular da teoria, mas não um “requisito sistemático”. Isto é, o coletivo nacional dotado de uma identidade cultural, ainda que se apresente particularmente bem provido de capital social para a comunicação, representa apenas uma das múltiplas teias comunicativas que podem se formar.

O que se verifica no caso europeu é, portanto, a existência de redes de atores sociais que se desprenderam, em parte, de suas referências nacionais. Tal não significa que o povo, enquanto sujeito da nação, tenha desaparecido; contudo, “o elemento nacional se tornou um fator entre outros nessas redes” (p. 181).

Relevância especial cabe aqui às redes de movimentos coletivos que congregam as ações de protesto articuladas continentalmente. Mesmo que as ações de protesto dirigidas diretamente ao projeto de unificação européia sejam quantitativamente pou-

co significativas³, as redes que articulam ações coletivas voltadas para temas diversos constituem fator importante para a integração social no âmbito europeu. Trata-se aqui das múltiplas conexões e das variadas formas de intercâmbio estabelecidas entre movimentos de mulheres, ambientalistas e anti-racistas das diferentes partes do continente europeu.

A observação e acompanhamento sistemáticos das redes de atores coletivos que vêm se formando na Europa têm mostrado que estas não representam uma mera expansão, seguindo o mesmo padrão de ação, dos movimentos sociais nacionais. Ou seja, as novas redes que surgem não apresentam a mesma densidade organizacional dos movimentos sociais, no âmbito nacional: funcionam mais propriamente como uma forma de “coalizão discursiva com uma orientação temática comum”, não se caracterizando pelo esforço de envolvimento direto de uma ampla base de participantes (Trenz 2001:96). A mobilização e os processos de formação de redes se dariam basicamente através de:

- i) *monitoring*: trata-se aqui da reunião de informações e dados que permitam um acompanhamento coerente das mudanças observadas e uma intensa comunicação entre as diferentes organizações que se articulam em torno de um tema específico. Assim, as redes transnacionais se tornam “uma bolsa de informações para o intercâmbio das próprias experiências, para a inspiração e motivação mútuas e para a reunião de know-how...” (p. 92)
- ii) *lobbying*: compreende as ações voltadas para as instituições estatais européias, no sentido de incorporar suas reivindicações nos acordos de unificação. Busca-se também transformar em obrigação, para todos os membros da União, avanços legais obtidos em determinados países.

Ainda que as redes transnacionais sejam um iniludível fator da integração social na Europa, a difusão dessa implica mudanças importantes no padrão de ação coletiva e novos proble-

3 Rucht (2000:190 ss) apresenta estudos diversos que procuraram identificar ações coletivas transnacionais, revelando, por exemplo, que entre 1980 e 1995 na França, Alemanha e Bélgica foram registradas cerca de 80 ações realizadas por movimentos transnacionais tendo como foco a unificação européia.

mas para as mobilizações coletivas. O espectro muito amplo das ações torna mais difícil mobilizar e motivar os militantes, observando-se ainda a dificuldade em identificar o destinatário preciso do protesto. Outro problema identificado é o crescimento da dependência financeira à Comissão Européia que financia boa parte das atividades das redes transnacionais (Rucht 2000, Trenz 2001).

Plausibilidade empírica dos modelos

O nível de integração transnacional encontrado no interior da Europa Ocidental, dados a obliteração das barreiras econômicas e o esforço de articulação político-institucional para além dos estados-nação existentes, não encontra, como se sabe, paralelo em outras regiões do mundo. Ainda assim, ou até talvez precisamente por isso, os desenvolvimentos observados na Europa tornam ainda mais evidente a pouca plausibilidade do diagnóstico que vê, nas ações coletivas transnacionais, os contornos de uma sociedade civil global e uma esfera pública mundial. Ora, mesmo a possibilidade muito mais limitada de construção de uma esfera pública européia é tida, na avaliação favorável do modelo convergente, como um projeto político a ser concretizado. Nos termos do modelo descentrado, trata-se de mero erro de avaliação.

Não é difícil visualizar que as novas formas de mobilização transnacional, fora da Europa, seguem, na melhor das hipóteses e com muitas variações, a forma descrita pelo modelo descentrado para o caso europeu. Nesse sentido, a referência a um espaço público mundial deve ser entendida como metáfora política, sem aplicação analítica possível.

Ao invés de uma esfera pública mundial, o que se tem são contextos múltiplos em que atores sociais, independentemente de suas origens nacionais, se comunicam e intercambiam experiências diversas. Ainda que tal tese necessite de amparo em pesquisas empíricas futuras, o que se postula aqui é que o processo de integração social para além das fronteiras nacionais, a julgar pelas evidências existentes, segue, ainda que com menor intensidade, a dinâmica observada por Eder para o caso europeu. Verifica-se, efetivamente, no cotidiano de imigrantes, de turistas,

de empresários, dos adeptos de determinadas tendências estético-culturais, das comunidades científicas e dos movimentos sociais, a existência de encontros comunicativos e mesmo redes sistemáticas e duradouras de intercâmbio entre grupos sociais e indivíduos de origens diversas. Estes diversos contextos comunicativos – que, diga-se, não implicam um encontro presencial entre os atores, pode se tratar aqui de redes virtuais – não convergem para uma esfera pública supranacional. Em sua dinâmica descentralizada, contudo, promovem crescentemente a integração societária para além das fronteiras nacionais. A morfologia e a natureza das relações sociais em cada um desses contextos comunicativos transnacionais é variável e necessita ser investigada em cada caso. Também o impacto social e político agregado do conjunto dos contextos comunicativos existentes é algo ainda desconhecido e indefinido.

Entre as formas de comunicação transnacional, as redes de movimentos sociais, em torno das quais se mobilizam grupos diversos promovendo bandeiras como a igualdade de gênero, a proteção ambiental ou o respeito aos direitos humanos, tem desempenhado recentemente um papel relevante (ver Scherer-Warren 1999, 2001). Discutidas por um grupo restrito de ativistas, é através das estruturas das esferas públicas nacionais que as questões tratadas nesses contextos comunicativos transnacionais ganham repercussão. Assim, por ocasião, por exemplo, de uma conferência de cúpula, determinados temas entram simultaneamente nas agendas das esferas públicas nacionais. O que se verifica não é um intercâmbio comunicativo entre as populações das diferentes regiões. Há, nesses casos, uma troca de informações e experiências entre um conjunto reduzido de ativistas políticos que se incumbem então de fazer com que os temas discutidos com os colegas de diferentes países circulem nas respectivas esferas públicas nacionais. A forma, contudo, como tais temas são discutidos internamente em cada país segue uma dinâmica própria, definida por fatores nacionais, como o nível de articulação dos atores sociais responsáveis pela difusão do *issue*, o grau de integração internacional da mídia nacional, o interesse do governo nacional em incorporar o tema em questão à sua agenda, entre outros.

A agenda anti-racista binacional: um estudo de caso

O interesse dos norte-americanos pelas relações entre os grupos de cor no Brasil não é recente. A constatação de que, no país que possui a maior população de negros fora da África, não tenham sido estabelecidos mecanismos institucionais ou legais de separação dos diferentes grupos demográficos funcionou pelo menos desde as primeiras décadas do começo do século XX como o modelo antitético à forma como se deu historicamente a convivência entre negros e brancos nos Estados Unidos. Assim, Theodore Roosevelt, em 1913 e 1914, depois de visita à América Latina, escreve uma série de artigos intitulada “Brazil and the Negro”, elogiando as relações entre os diferentes grupos de cor vigentes no Brasil. Também os ativistas afro-americanos comentam, nas primeiras décadas do século XX, os contrastes entre a sociedade brasileira e americana, exaltando a miscigenação e o trato cordial dispensado aos diferentes grupos populacionais no Brasil. Relato divulgado pela Associated Negro Press em 1920 sintetiza a percepção dominante entre os afro-americanos até os anos 1940:

“Brazilians, without regard to race or color, are as one big family, standing together on grounds of absolute equality of opportunity. There are no distinctions whatever, other than those imposed by wealth, culture and position...” (apud Hellwig 1992: 40 f).

Conforme mostra a compilação de Hellwig (1992), esta visão favorável das relações raciais no Brasil nutrida pelos afro-americanos vai se modificando ao longo do século XX. Paulatinamente vai se evidenciando que, por trás do tratamento aparentemente igualitário dos afrodescendentes no Brasil, verifica-se a perpetuação do desfavorecimento estrutural dos negros que permaneciam, depois de várias décadas da abolição da escravidão, ocupando os postos de trabalho menos qualificados e recebendo os piores salários. Ou seja, a “democracia racial” brasileira vai se revelando aos olhos dos afro-americanos não mais como um modelo a ser seguido, mas como uma fina camada de cordialidade ideológica recobrando a dura realidade da opressão dos negros. A partir dos anos 60, no bojo das conquistas do

Movimento de Direitos civis americano e da busca de reconhecimento e afirmação das formas de expressão culturais afro-americanas, as relações raciais brasileiras, na medida em que estavam orientadas para a completa absorção cultural dos negros no ideário da nação, passam a ser fortemente rejeitadas e condenadas pelos ativistas afro-americanos.

A partir dos anos 1970, o interesse dos ativistas anti-racistas volta-se para a direção exatamente contrária àquela constatada no início do século XX. Desde então, não é o Brasil que apresenta o padrão a ser seguido. Ao contrário, buscam-se nas lutas e nas iniludíveis conquistas anti-racistas dos afro-americanos formas de ação e afirmação coletiva capazes de reverter a discriminação dos afrodescendentes no Brasil. Assim é que, no plano cultural, a ascensão do *black soul* nos Estados Unidos, ao lado de outros acontecimentos como as vitórias dos movimentos de libertação nacional na África, levam, a partir da primeira metade dos anos 1970, à busca da afirmação das origens culturais africanas pelos afrodescendentes brasileiros. Além de vários centros de pesquisa e estudo do legado cultural afro-brasileiro, surge em Salvador o “Bloco Afro Ilê Aiyê”, o qual representa um marco no processo de valorização e afirmação da herança africana em oposição à cultura nacional sincrética. Em 1978, surge o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU) que se organiza em várias cidades, tornando-se o primeiro movimento negro de representação nacional, desde que a Frente Negra Brasileira dos anos 1930⁴ fora extinta (Barcelos 1999: 160 ff).

As variações nas abordagens das pesquisas sobre as relações raciais no Brasil conduzidas por pesquisadores brasileiros e estadunidenses correspondem em linhas gerais às inflexões verificadas nas relações entre ativistas anti-racistas americanos e brasileiros. Dessa forma, a interpretação das relações raciais no Brasil nos anos 30 e 40 é marcada pela grande influência das

4 Diferentemente da Frente Negra Brasileira, que buscava afirmar, contra o racismo biologicista vigente, a capacidade dos negros de adquirirem os valores e habilidades “modernos”, contribuindo para a emergência de uma “civilização” progressista nos trópicos, o Movimento Negro Unificado busca denunciar o traço racista da formação nacional brasileira (Hofbauer 1999).

obras de Gilberto Freyre que, descartando o racismo de cunho biológico até então dominante, exalta a importância da contribuição dos afrodescendentes na construção de uma brasilidade mestiça, fruto da fusão de negros, brancos e indígenas. As pesquisas de Donald Pierson na região da Bahia marcam a introdução nos anos 40 da metodologia de estudos locais oriunda da Escola de Chicago na análise das relações raciais no Brasil, concluindo o autor, conforme resume Guimarães (1999: 76), que “o Brasil foi bem-sucedido em desfazer as castas raciais da escravidão e em estabelecer uma sociedade multirracial de classes”. Anos mais tarde, no âmbito dos estudos produzidos a partir da cooperação entre a Universidade Federal da Bahia e a Columbia University, Wagley (1952: 148 ff) reitera as conclusões de Pierson sobre o desaparecimento das castas raciais, mas observa que:

“With rare exceptions, the people of the upper class of Brazil are Caucasian in physical appearance (...) the criterion of race becomes most crucial in determining social position”.

No âmbito dos estudos encomendados pela UNESCO sobre as relações raciais no Brasil, as pesquisas de Roger Bastide & Florestan Fernandes (1951, ver também Fernandes 1965) inauguram uma nova abordagem. Para estes, o preconceito tem razões estruturais, cabendo estudar o agravamento do racismo a partir do acirramento da concorrência no mercado de trabalho entre negros e os imigrantes brancos e seus descendentes. Ao final dos anos 70, já sob a influência das transformações ocorridas nos Estados Unidos, pesquisadores formados nas universidades americanas, ao aprofundar o entendimento das desigualdades raciais, promovem uma nova inflexão nos estudos sobre as relações raciais no Brasil. A partir de então, funda-se sobre a construção sociológica da categoria raça, o novo paradigma de análise que, conforme se mostrará abaixo, orienta a maior parte dos trabalhos sobre o tema até nossos dias.

Ao lado da troca de experiências entre ativistas e organizações anti-racistas e da cooperação científica no estudo do racismo, a ação das instituições filantrópicas norte-americanas, notadamente a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller, constitui

o terceiro pilar da aliança bilateral de combate ao racismo. A atuação das fundações filantrópicas na América Latina já conta também muitos anos de uma existência marcada por importantes mudanças na linha de cooperação.

A Fundação Rockefeller permaneceu durante muitas décadas vinculada ao financiamento da pesquisa agrícola, enquanto a Ford, a partir dos anos 50, concentra seus esforços “on five priority areas including world peace, freedom and democracy, economic opportunity, educational opportunity, and the study of human behavior to enhance citizenship” (Meyer 1999: 25 f). Em 1959, a Ford cria um escritório em Nova Iorque para a América Latina e em 1961 um posto avançado no Rio de Janeiro. Atribui-se à Fundação Ford um papel central no financiamento de pesquisas e centro de pesquisas no Brasil, quando a partir de 1967 muitos cientistas passam a ser perseguidos pelos governos militares e perdem seus postos nas universidades públicas (Forjaz 1997). Ao longo da democratização, as fundações filantrópicas redirecionam suas linhas de financiamento, tornando-se um suporte vital para muitos movimentos sociais e ONGs. A presença mais importante, nesse campo, é a Fundação Ford, que iniciou seus investimentos nos estudos sobre raça no Brasil em 1979, de forma cuidadosa, e é hoje

o maior suporte financeiro das organizações do movimento negro no Brasil e o maior apoio filantrópico das pesquisas sobre relações raciais, principalmente através de seus programas de direitos humanos. Outras fundações norte-americanas, incluindo MacArthur, Rockefeller e Kellogg, apóiam essa área em escala muito menor (Telles 2002: 145).

O paradigma racial e o anti-racismo no Brasil

Um dos últimos artigos escritos pelo sociólogo francês, recentemente falecido, Pierre Bourdieu, juntamente com o antropólogo Loïc Wacquant (Bourdieu & Wacquant 1998), desencadeou um vigoroso debate acerca da contribuição de ativistas, fundações e pesquisadores estadunidenses no combate ao racismo no Brasil. Segundo os autores, a intervenção dos norte-americanos

tem conduzido à “difusão da *doxa* racial dos Estados Unidos” e à transposição imperialista da dicotomia branco/negro que marcaria a sociedade americana para o Brasil, em frontal desconsideração ao fato de que “no Brasil, a identidade racial é definida por referência a um *continuum* de ‘cor’”.

Os intelectuais ligados à difusão dos estudos raciais no Brasil bem como as fundações filantrópicas responderam à crítica de Bourdieu & Waquant, mostrando, de modo convincente, tratar-se, no caso, de uma aliança binacional entre cientistas e movimentos sociais para o combate à opressão racial no Brasil, a qual não cabe ser qualificada como imperialismo (French 2000). Edward Telles (2002:146) que respondia até pouco tempo atrás pelo programa de direitos humanos da Fundação Ford, no escritório do Rio de Janeiro, demonstra que “a Fundação Ford elaborou seu programa sobre o tema raça no Brasil interativamente com o movimento negro e seus aliados (brasileiros), acadêmicos e ativistas”. Ao mesmo tempo, busca-se, contra o argumento analítico de Bourdieu & Wacquant, justificar o uso do par de categorias negro/branco no estudo das relações raciais no Brasil. O que se postula é que, se a apologia da miscigenação e do *continuum* de cores caracteriza o discurso racial dominante no Brasil, o acesso às oportunidades sociais é efetivamente hierarquizado a partir da dicotomia negro/branco (Guimarães 2002).

Com efeito, os estudos sobre as desigualdades raciais surgidos no final dos anos 70 e permanentemente atualizados parecem autorizar um determinado uso analítico do par branco/negro no contexto brasileiro (entre outros Hasenbalg 1979, Hasenbalg & Silva 1988, Silva & Hasenbalg 1992, Silva & Hasenbalg 1999). Estas pesquisas mostram fundamentalmente que:

- i) as desigualdades sociais entre os cinco grupos demográficos identificados pelas estatísticas oficiais brasileiras – pretos, brancos, pardos, amarelos e indígena – podem ser agrupadas em dois únicos grupos: brancos e não-brancos. Isto significa que, a despeito das tantas variações cromáticas com as quais as pessoas se auto-representam, o acesso às oportunidades sociais obedece a uma hierarquia bipolar;

- ii) mesmo que se isolem estatisticamente os fatores ligados à classe (escolaridade, formação profissional, etc.), permanecem desigualdades sociais que só podem ser explicadas quando se introduz o par branco/não-branco como ordem classificatória. Não se trata, portanto, da afirmação da existência biológica de raças entre seres humanos, mas da referência à raça como construções sociais que funcionam como mecanismo de adscrição e hierarquização;
- iii) o desfavorecimento dos grupos não-brancos não pode ser entendido como mera reprodução de desigualdades históricas herdadas do passado escravocrata. A comparação entre diferentes gerações de brancos e não-brancos permite demonstrar que os não-brancos têm sistematicamente menores chances de ascensão social que brancos, mesmo quando os ascendentes dos brancos e não-brancos têm níveis sócio-culturais similares.

A partir da aferição analítica das desigualdades raciais surge uma vasta gama de estudos elaborados por pesquisadores norte-americanos e brasileiros, em geral formados nos EUA, que busca extrair conseqüências políticas da constatação de que a polaridade entre brancos e não-brancos define desigualdades sociais no Brasil. Em linhas gerais, estes estudos mostram que, se a classificação racial branco/não-branco é determinante das oportunidades sociais, então ela deveria ser conformadora também das identidades sociais. Se tal não se verifica, isto se deve à cortina ideológica representada pelo mito da democracia racial que permite, no plano político, que a ordem racial desigual seja reproduzida. Por isso, para “os afro-brasileiros, para aqueles que chamam a si mesmos de ‘negros’, o anti-racismo tem que significar (...), antes de tudo, a admissão de sua ‘raça’, isto é, a percepção racializada de si mesmo e dos outros” (Guimarães 1995: 43). Essa construção identitária determinada pelo imperativo político de combater as estruturas que reproduzem as desigualdades raciais seria animada tanto a partir da “cultura afro-brasileira” quanto pelo “legado cultural e político do ‘Atlântico Negro’- isto é, o Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, a renascença cultural caribenha, a luta contra o apartheid na África do Sul etc.” (idem). Assim, define-se, a partir do grau de conhecimento e da internalização da polarização branco/negro, uma escala

valorativa que permite falar de níveis distintos de “consciência racial” (Hanchard 1994: cap. 4), sugerindo-se ainda programas de conscientização e políticas públicas voltadas para o incremento da consciência racial.

A identificação das organizações e lideranças do movimento negro brasileiro com esse conjunto de estratégias de combate ao racismo, desenhadas pelos estudos raciais, é parcial. De um lado, reconhece-se a importância da identificação e do combate das desigualdades raciais. Atuam atualmente nesse campo, contando em geral com o apoio das fundações filantrópicas americanas, um grande número de ONGs que oferecem programas de assistência jurídica, promoção e valorização cultural, etc.⁵ Por outro lado, muitas lideranças do movimento negro rejeitam a fórmula de construção de identidades sociais a partir da dicotomia branco/negro sugerida pelos estudos raciais, defendendo a preservação da pluralidade dos modelos identitários vigentes. O que os ativistas brasileiros procuram mostrar é que, quando não enfatizam sua identidade racial, os afrodescendentes brasileiros não estão legitimando a cultura racista dominante; ao contrário, buscam o reconhecimento social para aquilo que entendem ser a expressão autêntica de si próprios, conforme mostra J. B. Félix, antropólogo e liderança negra de São Paulo:

Propomos que os estudos sobre identidade levem em conta, definitivamente, este “arco-íris” como forma característica brasileira de proceder em nossa sociedade. Ela não é só uma forma de não-dizer, de não-ser, muito pelo contrário. Muitas vezes, esta nossa particularidade afirma e revela muito coisa (Félix 2000: 163).

A relação entre desigualdades estruturais e identidades sociais, como se mostra em outro contexto (Costa 2002), conforma uma equação extremamente complexa que não pode ser desen-

5 Verifica-se a tendência à formação de novas redes de cooperação e troca de informação entre as diversas frentes de lutas anti-racistas como mostra o caso da Rede de Mulheres Negras, integrada por 13 organizações. Eventos como a recente Conferência Mundial contra o Racismo realizada em Durban, África do Sul, tem funcionado como um “catalyst for a lasting alliance” (Ford Foundation Report, Spring 2001).

volvida adequadamente no âmbito deste artigo. Para nossos propósitos aqui, devemos registrar, contudo, que a construção de identidades sociais envolve processos pessoais e coletivos de busca e conquista de reconhecimento social e compreende assim um conjunto de escolhas e negociações múltiplas e simultâneas, que são informadas por mitos, desejos, experiências e conhecimento. Não há, nesse sentido, um ponto arquimediano fora da história e fora das relações sociais que permita julgar as experiências sociais e coletivas, qualificando de falsa consciência aquelas construções identitárias não articuladas a partir do conhecimento legado por uma leitura sociológica particular das relações sociais no Brasil. Ao hierarquizar as escolhas e os padrões identitários efetivamente existentes, alguns estudos raciais acabam interpretando as diferenças substantivas entre a auto-identidade dos afrodescendentes brasileiros e a imagem idealizada do afro-americano “consciente de sua raça” como um lapso temporal que faz da auto-imagem predominante entre os afrodescendentes brasileiros um pré-estágio da “identidade opcionista afrodescendente” (French 2000: 118).

Pode-se afirmar assim que, diferentemente do que postulam Bourdieu & Wacquant, a aliança entre pesquisadores, fundações e organizações anti-racistas estadunidenses e brasileiras não é expressão do imperialismo cultural estadunidense; trata-se de um espaço efetivo de comunicação e troca de experiências que tem contribuído para desnudar as formas de tratamento desigual e as adscrições raciais vigentes. Muitos avanços obtidos pelas lutas anti-racistas no Brasil, como políticas públicas compensatórias e a forte integração do combate ao racismo na agenda política brasileira, foram claramente favorecidos por tal aliança. Sem o apoio transnacional, os avanços e a legitimação conquistados pelo movimento negro no Brasil teriam sido seguramente menos expressivos.

Não obstante, não se pode deixar de constatar a tensão entre os padrões de reconhecimento social dos afrodescendentes formulados no interior da aliança, claramente inspirados nas conquistas dos afro-americanos, e as formas de identidade social predominantes entre os afrodescendentes brasileiros. Nesse quadro,

as reivindicações de reconhecimento e as práticas culturais vigentes entre os afrodescendentes brasileiros são tratadas, por referência aos afro-americanos “conscientes de sua raça”, como auto-representação imperfeita e incompleta. Não se deve, entretanto, acreditar que os limites apresentados pela aliança reproduzem a tensão entre um valor abstrato e universal – a eliminação do racismo – e as formas culturais de vida concretas. A aliança anti-racista serviu para mostrar que não se pode pôr em dúvida a existência do racismo no Brasil, construindo o consenso social de que este tem de ser combatido. A questão que se coloca é sobre a forma adequada e justa para vencê-lo. Não se trata portanto da relativização de direitos universais em nome da preservação de determinadas práticas culturais, mas da afirmação de que o respeito a direitos universais só pode ser garantido se forem observadas as formas concretas de busca de reconhecimento vigentes num determinado contexto sócio-cultural.

Conclusões

A intensificação dos vínculos simbólicos e materiais entre as diferentes partes geográficas do mundo, processo que caracteriza o fenômeno da globalização em suas várias dimensões, faz-se acompanhar de uma iniludível pressão para que a política não fique contida nas fronteiras nacionais. Atores não estatais articulados transnacionalmente se auto-representam como sociedade civil global e reivindicam a extensão, para o conjunto de países, do que se entende ser um conjunto de conquistas – sociais, de gênero, culturais – obtidas no bojo da modernização daquelas sociedades de industrialização pioneira.

Procurou-se mostrar que expressões como sociedade civil, esfera pública e cidadania possuem um vínculo congênito com as sociedades nacionais e só podem ser entendidas no contexto de histórias nacionais específicas. Nesse sentido, sociedade civil global ou esfera pública mundial devem ser tratadas como metáforas políticas com as quais se autodenominam determinadas redes transnacionais de atores sociais. Tais redes constituem, contudo, apenas uma forma entre outras de comu-

nicação transnacional; trata-se de um espaço comunicativo entre vários, sem que haja qualquer convergência desses diferentes fóruns para uma esfera pública global. É no âmbito das esferas públicas nacionais que os temas tratados nas redes transnacionais ganham impacto e ressonância.

Recorrendo-se ao exemplo da cooperação entre brasileiros e americanos, voltada para o combate ao racismo no Brasil, mostrou-se como se estabelecem, no âmbito de uma aliança binacional, parâmetros mínimos para o respeito aos direitos humanos, acima e além da pertença nacional. Ao mesmo tempo, a aliança fortaleceu o poder relativo e o impacto do movimento negro no jogo interno de forças políticas no Brasil. Ao que tudo indica, uma dinâmica semelhante pode ser observada em outras redes de atores sociais, como o movimento de mulheres, o movimento ambientalista, os movimentos indígenas, etc.

Ao mesmo tempo, a aliança anti-racista Brasil-Estados Unidos lega uma lição importante acerca da formação de redes transnacionais voltadas para a promoção dos direitos humanos, da democracia ou da justiça social. A heterogeneidade de padrões culturais e dos níveis de prosperidade econômica entre as diferentes sociedades impõe cuidados especiais para que a cooperação horizontal para além das fronteiras nacionais não leve à difusão dos padrões de emancipação social vigentes nos países mais ricos. Há que se diferenciar aqui claramente entre conquistas políticas e formas culturais de vida: é naturalmente desejável que as coalizões de atores sociais permitam que as conquistas obtidas pelos movimentos de mulheres ou anti-racistas em países como a Alemanha ou os Estados Unidos continuem produzindo impactos positivos para o combate à opressão de negros, mulheres e indígenas no resto do mundo. Deve-se rejeitar, contudo, qualquer hierarquização das formas culturais de vida existentes, de forma a evitar que as relações interculturais, interétnicas ou de gênero vigentes naqueles países que se modernizaram primeiro tornem-se modelos a serem seguidos em todo o mundo. Não se trata aqui da defesa culturalista de padrões e identidades culturais idealizadas e atemporais. Sabe-se que estes se formam e se transformam continuamente, refletindo, entre outros, a dinâmi-

ca transnacional dos processos sociais no mundo globalizado. Porém, o potencial transformador das redes de atores sociais não deve contribuir para fazer com que os modelos de relações sociais construídos nas regiões líderes do processo de modernização funcionem invariavelmente como referência única que orienta os projetos emancipatórios em todas as partes.

Referências bibliográficas

BASTIDE, René e FERNANDES, Florestan. **Negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

BARCELOS, Luiz C. *Struggling in Paradise: Racial Mobilization and the Contemporary Black Movement in Brazil*. In: REICHMANN, Rebeca (org.). **Race in Contemporary Brazil**. From Indifference to Inequality. Pennsylvania: Pennsylvania University. Press, 1999, p. 155-166.

BHABHA, H. *DissemiNation: Time, Narrative and the Margins of the Modern Nation*. In: BHABHA, H. (org.). **Nation and Narration**. Londres e New York: Routledge, 1990, p. 291-322.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc. *Sur les ruses de la raison imperialiste*. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 121-122, p. 109-118, 1998.

COSTA Sérgio. **As cores de Ercilia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

COSTA, Sérgio. *Teoria social, cosmopolitismo e a constelação pós-nacional*. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 59, p. 3-19, 2001.

COSTA, Sérgio. *La esfera pública y las mediaciones entre la cultura y la política : el caso de Brasil*. **Metapolítica**. n. 9, 1999.

EDER, K. *Zur Transformation nationalstaatlicher Öffentlichkeit in Europa*. **Berliner Journal für Soziologie**. Berlin, n. 2, p. 167-184, 2000.

FELIX, João B. **Chic Show e Zimbawe e a construção da identidade nos bailes 'black' paulistanos**. 2000. Dissertação. Mestrado em Antropologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 192 p.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus/USP, 1965.

FORJAZ, M. C. A emergência da ciência política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 25, 1997.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: CALHOUN, C. (org.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge: MIT Press, 1993.

FRENCH, John. The Missteps of Anti-Imperialist Reason: Bourdieu, Wacquant and Hanchard's 'Orpheus and Power'. *Theory, Culture and Society*, vol. 17, n. 1, p.107-128, 2000.

GUIMARÃES, Antônio S. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

GUIMARÃES, Antônio S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

GUIMARÃES, Antônio S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. *Novos Estudos*, n. 43, 1995.

HABERMAS, J. Neues Vorwort. **Strukturwandel der Öffentlichkeit**. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1990.

HABERMAS, J. **Die Einbeziehung des Anderen**. Studien zur politischen Theorie. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1996.

HABERMAS, J. **Die postnationale Konstellation**. Politische Essays. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1998.

HANCHARD, Michael. **Orpheus and the Power**. Princeton: Princeton University, 1994.

HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson V. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HELLWIG, David. **African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise**. Philadelphia: Temple University, 1992.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de 'branqueamento' ou o 'negro' em questão**. 1999. Tese. Universidade de São Paulo. S. Paulo.

MEYER, Carrie A. **The Economics and Politics of NGOs in Latin America**. Londres: Praeger, 1999.

RUCHT, Dieter. Zur Europäisierung politischer Mobilisierung. **Berliner Journal für Soziologie**. n. 2, p. 185-200, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem Fronteiras**. S. Paulo: Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes e Movimentos Sociais**. Trabalho apresentado no Seminário Estudos e Pesquisas sobre ONGs na América Latina. S. Paulo, 2001.

SILVA, Nelson V. e Hasenbalg, Carlos. **Relações Raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

_____. Race, Schooling and Social Mobility in Brasil. **Ciência & Cultura**, Vol. 51, n. 5/6, p. 457-463, 1999.

TELLES, Edward . As fundações norte-americanas e o debate racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n.1, 2001.

TRENZ, Hans-Jörg. Protestmobilisierung in Netzwerken. **Forschungsjournal NSB**. Vol 14, n. 1, p. 87-98, 2001.

VIEIRA, Liszt. **Argonautas da Cidadania. A sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro/S. Paulo: Record, 2001.

WAGLEY, Charles (ed.). **Race and Class in Rural Brazil**. Paris: Unesco, 1952.